

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.004857/2020-63

2. Descrição da necessidade

Em Macapá-AP na Polícia Federal SR/PF/AP, devido aos grandes períodos de intempéries, há a necessidade de se construir proteções ao público e principalmente proteções relativas aos PNE's e aliado a isso também aos próprios servidores. Tal ação, inclusive, consta do PLANOB 2020/2021 elaborado e aprovado em 2020 para ser executado a partir de 2021. Isso posto, a presente demanda é no sentido de contratação de empresa especializada para **execução de obras** para construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/AP	ANDERSON FELIPE RAMOS
GTED/SR/PF/AP	LUIZ LOPES JUNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O respectivo processo tem por objetivo principal a contratação de empresa de engenharia capaz de executar em sua integralidade construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão, a partir de estudos técnicos e projetos com a supervisão da equipe técnica da Polícia Federal, em conformidade com as diretrizes traçadas pela Divisão de Engenharia e Arquitetura, da Polícia Federal em Brasília.

A contratação visa proporcionar a contratação da construção de passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão, afim de atender, de forma irrestrita, todas as atividades de polícia judiciária.

A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica durante a obra e de seus equipamentos;

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados nas unidades da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

Natureza da Contratação:

Em relação à natureza da contratação, a referida obra enquadra-se no Regime de Empreitada por Preço GLOBAL, já que após a confecção dos estudos e projetos técnicos, será possível a definição de quantidades mensuráveis através de unidades de medida, cujo valor total do contrato será resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e

tipos de unidades contratadas, totalmente aplicável ao objeto em contratação, que se refere à serviço de construção e reforma de edificações.

Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa estranha, cabendo à Contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao Contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento, permanecendo com a Administração, a responsabilidade subsidiária em relação aos créditos de natureza previdenciária não adimplidos pela Contratada.

Duração Inicial do Contrato:

O prazo de vigência da contratação será de 12 (DOZE) meses, **sem prejuízo dos prazos necessários para a cobertura da garantia e demais obrigações acessórias e remanescentes do contrato.**

Sustentabilidade:

A empresa contratada deverá fornecer seus serviços em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Também, será de responsabilidade da contratada:

- Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962;
- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e de água;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 e atendendo ainda, o disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.m respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Transição contratual: Não haverá necessidade neste objeto.

Relevância dos requisitos estipulados:

A não observância dos requisitos trará a degradação do material instalado mais rapidamente, visto que mesmo ficará exposto as intempéries.

Principais Normativos Aplicados a Contratação:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;

Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;

Decreto n. 7.983, de 08 de abril de 2013;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010;

Decreto-Lei nº 185/67;

Normas e Resoluções da ABNT e CONFEA/CREA.

5. Levantamento de Mercado

Com base nos projetos executivos já disponibilizados e atendendo de forma técnica os requisitos de projeto, foi feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços em sua maioria utilizados do SINAPI CAIXA 2020/2021 e outros executados de composições de preços de órgãos oficiais, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

A empresa contratada para a execução dos projetos executivos das casas funcionais em Oiapoque AP, também executou o orçamento previsto de custos e outros documentos técnicos necessários a realização da obra.

Isto posto, o valor Total Geral para a realização da construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão ficou em R\$ 336.975,27 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REIAS E VINTE E SETE CENTAVOS).

A empresa que realizou os projetos foi a O.M.M LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA com sua sede em Belém - PA, tendo como responsável técnico o Sr: OTÁVIO MENDES.

Os projetos executivos já constam no processo de execução da obra.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de executar em sua totalidade a execução da obra de construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão, a partir de projetos de engenharia e arquitetura contratados pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amapá em Macapá.

O Projeto Executivo entregue deverá possuir todos os aspectos técnicos necessários para a execução da obra, definindo com precisão o objeto a ser licitado. Ele abrange os Estudos Preliminares, as aprovações dos projetos junto aos órgãos, projetos de arquitetura, fundações, estrutura de concreto armado, estrutura metálica (cobertura), sinalização (comunicação visual), instalações elétricas, dados e voz, proteção e combate a incêndio, mecânica (climatização), impermeabilização, paisagismo e instalação hidro sanitária, bem como o Caderno de Encargos e Especificações e o Caderno de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro, se ocorrerem. Todos os projetos devem ser apresentados em plataforma BIM (revit ou similar) e em plataforma AUTOCAD.

Os projetos foram executados e entregues e já constam do processo.

A empresa ganhadora do certame de execução deverá seguir o projeto executivo contratado e fornecido. Qualquer divergência deverá ser discutida com os técnicos do Departamento de Polícia Federal que acompanharão a execução dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em conformidade com a boa prática da Engenharia e as normas aplicáveis a serviços de engenharia, em especial à Lei nº 8.666/93, a referida contratação deverá seguir valores e quantidades evidenciados nos projetos executivos que já constam no processo referente a contratação.

Esses documentos já estão disponíveis no projeto executivo entregue e contempla as mais diversas modalidades de engenharia, em especial o de instalações elétricas de energia comum e estabilizada, instalações de prevenção e combate a incêndios, instalações de cabeamento estruturado, instalações de áudio e vídeo, instalações hidro sanitárias, bem como projetos de arquitetura que contemplem os acabamentos internos dos ambientes CASO OCORRAM.

Tais projetos atendem às normas técnicas vigentes e estabelecem parâmetros de contratação visando a boa execução de serviço de engenharia, no âmbito da Polícia Federal.

A obra possui as seguintes principais áreas a serem construídas: Cobertura/passarelas = 281,10 m²(duzentos e oitenta e um) de área construída e área de reforma(PLANTÃO) de aproximadamente 25m².

A quantidade e o valor de cada serviço a ser executado está definido na planilha orçamentária apresentada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A Polícia Federal, para este tipo de contratação de serviço, adota a metodologia da Caixa Econômica Federal - CEF, SINAPI CAIXA.

O valor da obra será o valor calculado com todos os projetos executivos contratados e ficou em: R\$ 336.975,27 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REIAS E VINTE E SETE CENTAVOS, valor calculado com base indicada acima e com os projetos supracitados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação pretendida não foi parcelada, estando em um único item, por conta da interdependência dos serviços de engenharia que se complementam como um todo. A complexidade da contratação envolve disciplinas das áreas de engenharia de instalações e arquitetura de interiores.

As soluções de engenharia e de arquitetura se complementam em uma única solução. O parcelamento do objeto foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços de engenharia, que devem estar interligados:

Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

Em razão da interligação entre os serviços de engenharia, existirá sempre a dependência de operação, ou seja, se um falhar, repercutirá sobre o outro. Caso haja várias empresas CONTRATADAS (uma para cada tipo de serviço e outra para o fornecimento de peças e materiais), fica enorme a impossibilidade de determinar de quem é a responsabilidade, dificultando a adoção de providências cabíveis;

Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação em tela apresenta relação com o objeto de construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão que estão previstas no PLANOB 2020/2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há o alinhamento entre a contratação e o planejamento tanto da SR/PF/AP quanto do órgão como um todo relacionados ao PLANOB 2020/2021 - DLOG/PF de pequenas obras decorrente do exercício financeiro atual.

A Polícia Federal poderá aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG de acordo com o art 2º do Decreto nº 1.094 de 23 de março de 1994.

12. Resultados Pretendidos

As edificações públicas são gerenciadas pela Secretaria de Patrimônio da União, cabendo aos órgãos a manutenção e conservação das mesmas, bem como a revitalização e adequação de seus espaços internos, visando o aumento da sua vida útil e a perfeita evolução de suas instalações prediais.

Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e da Assessoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e à aplicação dos programas de governo.

O contrato a ser firmado visa atender às necessidades de construção de coberturas/passarelas de acesso a SR/PF/AP, bem como uma pequena reforma no plantão favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito da SR/PF/AP.

Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades respaldadas em condições físicas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato, há a necessidade ainda de adequações físicas no espaço externo da SR/PF/AP, principalmente no atendimento ao público que necessitará de adaptação de entrada no prédio e proteção as obras em contratação, estando a empresa contratada responsável direta pelos danos ao meio ambiente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Existem possíveis impactos ambientais e devem ser seguidas as legislações existentes em especial: Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 e atendendo ainda, o disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.m respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e quaisquer legislação relacionada a possíveis impactos ambientais gerados por esta obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A EQUIPE DE PLANEJAMENTO DECLARA VIÁVEL A CONTRATAÇÃO POR HAVER DISPONÍVEL TODOS OS PROJETOS EXECUTIVOS PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO E PREVISÃO DE VALORES NO PLANO B 2020/2021.

16. Responsáveis

LUIZ LOPES JUNIOR

APF

ANDERSON FELIPE RAMOS

APF